

MINUTA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Bairro Parque dos Poderes - CEP 71.637-100 - Campo Grande - MS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

* MINUTA DE DOCUMENTO

ANEXO II - Ata de Registro de Preços decorrente do Procedimento Administrativo SEI 0004936-19.2022.6.12.8000 que entre si celebram a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral - MS e a empresa XXXXXXXXXXXX

Pelo presente instrumento, a **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL**, Órgão Gerenciador de Registro de Preços, situado na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes - Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ nº 03.883.929/0001-02, representado neste ato por seu Diretor-Geral, **Hardy Waldschmidt**, brasileiro, servidor público federal, casado, portador da C.I nº 209.177 SSP/MS e do CPF nº 352.902.001-00, com fundamento na Lei 10.520/02, pelos Decretos 10.024/2019, 5.450/05, 8.538/2015, 7.892/2013 e suas alterações posteriores, pela Lei Complementar 123/06, alterada pela LC 147/2014, pela Resolução TRE/MS nº 665/2019 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, resolve celebrar a presente **Ata de Registro de Preços** com o objetivo de eventual contratação de **SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO PARA ESTAGIÁRIOS** pelo TRE/MS, órgão gerenciador, em decorrência das propostas apresentadas no Pregão nº XX/2022.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. A presente Ata de Registro de Preços tem por objeto registrar o prêmio máximo mensal por segurado referente à contratação de **SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO PARA ESTAGIÁRIOS** (morte acidental, indenização por invalidez permanente total ou parcial por acidente e despesas médico-hospitalares) da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, com eventual substituição de segurado(s), que durante a vigência desta Ata de Registro de Preços poderão ser prestados a este Tribunal e estabelecer demais regras e condições pertinentes ao objeto e forma de contratação.

2. A existência de preços registrados não obriga o Tribunal a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito de indenização de qualquer espécie.

3. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições do Edital do Pregão de Registro de Preços nº xx/2022 do Termo de Referência e da proposta da contratada, prevalecendo os primeiros.

CLÁUSULA II – DOS FORNECEDORES E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. O fornecedor é o que segue, na ordem de classificação:

1ª Classificada	
Razão Social:	
CNPJ:	Optante pelo Simples (Sim/Não):
Endereço:	

Bairro:	Cidade / Estado:
C.E.P.:	E-mail:
Telefone:	FAX:
Dados do representante da empresa	
Nome:	
Cargo:	
Fone:	Fax:
E-mail:	CPF:
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor:

2. Na existência de fornecedores que aceitem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do vencedor, na sequência da classificação do certame, estes serão indicados, em termo anexo a esta Ata de Registro de Preços, para fins de formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto n. 7.892/2013.

3. Os serviços a serem prestados, sua descrição, quantidades estimadas, bem como, o prêmio mensal unitário a serem praticados, são os seguintes:

Item	Especificação	Unid.	Qtde. estimada	Prêmio mensal unitário (R\$)	Valor Mensal Total (R\$)	Valor Total Global (R\$)
01	SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS para ESTAGIÁRIOS da Justiça Eleitoral, conforme as condições do Termo de Referência (Anexo I do Edital de Pregão xx/2022)	Serviço	200			

3.1. As coberturas e demais normas relativas aos serviços constam no Capítulo III do Termo de Referência (Anexo I).

4. As quantidades indicadas no item acima correspondem ao número estimado total a ser adquirido durante a vigência desta Ata.

CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Esta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS terá vigência de 12 (doze) meses, no período de **1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023**.

1.1. Caso a assinatura da ata ocorra após 01/01/2022, o período de vigência será de 12 (doze) meses, contados da última assinatura eletrônica da Ata de Registro de Preços.

2. A Ata de Registro de Preços será EXTINTA:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II- pela aquisição da quantidade total registrada na Ata pelo órgão gerenciador, zerando o quantitativo registrado, considerando-se exaurido o objeto, ainda que a ata de registro de preços esteja vigente.

CLÁUSULA IV - DA ALTERAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

1. Poderá haver alteração do preço registrado, nos termos da legislação pertinente, especialmente o Decreto n.º 7.892, de 23/01/2013.
2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o fornecedor será convocado para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 - 2.1 Caso o fornecedor não aceite reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
3. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - 3.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 3.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
4. Não havendo êxito nas negociações, o TRE/MS procederá à revogação da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA V - DO CANCELAMENTO E DA EXTINÇÃO DO REGISTRO

1. A contratada terá seu registro cancelado quando:
 - a) Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;
 - b) Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
 - c) Não aceitar diminuir seu preço registrado, na hipótese de ocorrência de fatos supervenientes ou decorrentes de disposição legal e de comprovada repercussão;
 - d) Sofrer suspensão do direito de licitar por este Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/93.
 - e) Sofrer sanção prevista no inciso [IV](#) do caput do art. [87](#) da Lei nº [8.666](#), de 1993, ou no art. [7º](#) da Lei nº [10.520](#), de 2002 e
 - f) Estiverem presentes razões de interesse público.
2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.
3. A contratada poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, desde que devidamente comprovados.

CLÁUSULA VI - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. O gerenciamento da Ata de Registro de Preços será feito por equipe de servidores do TRE/MS, especialmente designada para esta atividade, que acompanhará e fiscalizará o fornecimento dos equipamentos, verificará a conformidade do fornecimento, devendo manter registro das ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados (art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/93) e comunicará a autoridade superior, quando necessário, para as providências devidas.

CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Em caso de descumprimento de Cláusulas desta Ata de Registro de Preços, a fornecedora será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Único. A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:
 - a) falhas durante a execução, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;

b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa nesta Ata.

3. Será aplicada MULTA:

a) de 1% (um por cento) sobre o valor total empenhado, por dia de atraso, no início do seguro ou na inclusão de segurado, contado do 2º dia útil subsequente ao recebimento da relação de estagiários, até o 30º (trigésimo) dia de atraso. Após o trigésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total desta Ata, passível de rescisão;

b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total empenhado, caso a seguradora deixar de assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, bem como caso a seguradora se recusar a receber a Nota de Empenho, na forma prevista em lei

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de desatendimento de demais cláusulas desta Ata, do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;

d) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total empenhado se a fornecedora negar-se a prestar o serviço, sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições desta Ata, levar o TRE/MS ao cancelamento desta ARP, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. O CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor da multa moratória presumida, até o limite de 20% (vinte por cento), dos pagamentos devidos à contratada.

3.1.1. A retenção perdurará até a finalização do procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, e o valor será restituído à contratada, em caso de não aplicação da penalidade de multa.

3.1.2. Caso o valor da multa aplicada extrapolar o valor retido, serão adotadas as providências previstas nos subitens 3.2 e 3.3 abaixo;

3.2. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor da multa, por meio de GRU, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da notificação;

3.3. Caso não haja recolhimento, a multa :

a) poderá ser compensada por créditos da contratada relativos ao mesmo contrato;

b) poderá ser descontada do valor da garantia, quando houver, caso não houver créditos ou se estes forem insuficientes para cobrir o valor total da multa;

c) poderá ser encaminhada para inscrição em Dívida Ativa da União, após esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA.

3.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da notificação do CONTRATANTE.

3.5. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

4. Será aplicada a penalidade de IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo ou

g) cometer fraude fiscal.

4.1. A sanção descrita no item 4 também se aplica aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

5. Na aplicação das sanções, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo os critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante o CONTRATANTE.

6. Da aplicação das sanções de multa e impedimento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

7. As penalidades serão registradas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores — SICAF, bem como em cadastro interno de inadimplentes para fins de aplicação do subitem 5.

CLÁUSULA VIII – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

1. NÃO SERÁ PERMITIDA aos órgãos e/ou entidades não participantes A UTILIZAÇÃO desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA IX - DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

1. É vedado a CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. A CONTRATADA, por si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – e a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a execução contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

3. A CONTRATADA será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

4. A CONTRATADA deverá garantir que quaisquer dados pessoais que forneça ao CONTRATANTE tenham sido obtidos de acordo com as regras previstas na LGPD.

5. A CONTRATADA obriga-se a tratar os dados pessoais a que tiver acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual.

6. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

8. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste termo, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico e cópia do documento de identificação.

9. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

10. O CONTRATANTE E A CONTRATADA comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

11. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

12. CONTRATANTE E A CONTRATADA se comprometem ainda, nas hipóteses de rescisão contratual / cancelamento ou revogação do registro, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na LGPD.

CLÁUSULA X -DAS DEMAIS CONDIÇÕES

1. As normas relativas a condições da execução do serviço e entrega do material, emissão de nota fiscal/fatura, pagamento, direitos e deveres das partes, bem como, outras pertinentes à contratação constam do Edital do Pregão nº xx/2022, e do seu Termo de Referência – Anexo I.

2. Em vista da implementação de sistema informatizado de procedimentos administrativos neste TRE/MS, denominado SEI - Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá efetuar o cadastro no referido sistema para acesso as informações e para assinatura eletrônica de documentos que serão necessárias à formalização da contratação;

3. Considerando a previsão de encaminhamento de mensagens eletrônicas através do SEI – Sistema Eletrônico de Informações, a contratada deverá informar pelo menos 1 (uma) conta de email válida, ficando a contratada obrigada a acessar diariamente o email, acusando expressamente o recebimento da mensagem, no prazo máximo de 1 (um) dia útil da data da comunicação expedida. Caso não haja recebimento expresso, o teor da mensagem será considerado lido após o decurso do prazo descrito.

CLÁUSULA XI -DO FORO

1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente contratação, é competente, na forma da Lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande - MS, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande, xx de xxxxx de 2022.

Hardy Waldschmidt
Diretor-Geral do TRE/MS

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Representante Legal da empresa
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



Documento assinado eletronicamente por **RENATA CLOTILDE ZANDA BODSTEIN**, **Chefe de Seção**, em 08/08/2022, às 19:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://seiapp.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1261392** e o código CRC **B713DBE0**.